

053 - Dr. Antônio Paulino Limpo de Abreu
(Visconde de Abaeté)

Dados Biográficos

Nascimento - Em 22 de setembro de 1798, em Lisboa - Portugal.

Filiação - Manuel do Espírito Santo Limpo e de Maria da Maternidade de Abreu e Oliveira.

Formação e atividades principais - Veio para o Brasil, ainda criança, em companhia de sua mãe, que em virtude da morte de seu pai, recebeu da parte do rei D. João VI uma pensão que deveria ser paga no Rio de Janeiro.

No Rio, estudou no Seminário de São José as faculdades necessárias para matricular-se no Curso de Direito da Universidade de Coimbra, tendo em vista seguir a carreira da magistratura.

Preparado convenientemente, partiu para Coimbra, Portugal em 1815, matriculando-se na Faculdade de Leis da mesma cidade, em que muito se distinguiu; fez sua formatura a 19 de maio de 1820, e a 17 de julho tomou o grau de licenciado em leis, não podendo tomar o de doutor, apesar de estar para isso habilitado com todos os exames, por ter receio que rebentasse a revolução, que já naquele tempo se preparava com grande afã, e ter por isso deixado a metrópole e partido para o Rio de Janeiro em setembro de 1820.

Chegado à Corte, foi em seguida nomeado por D. João VI, Juiz de Fora da Vila de São João d'El Rei por Decreto de 22 de janeiro de 1821, cuja nomeação foi decisiva para a sua carreira pública, e tendo desempenhado este cargo por algum tempo com distinção, exerceu depois o de ouvidor interino da comarca do Rio das Mortes, que não menos reputação lhe grangeou.

Por Decreto de 07 de fevereiro de 1823, foi nomeado, ainda, Ouvidor da Comarca do Rio Grande do Norte, mas não foi exercer naquele lugar porque o governo precisou de seus serviços em Paracatu, comarca de Minas Gerais, para onde foi nomeado por Decreto de 24 de setembro do mesmo ano.

A 12 de outubro de 1826, o governo imperial, pretendendo remunerar seus serviços e aproveitar seus conhecimentos, despachou-o desembargador ordinário da Relação da Bahia, e

a 19 de dezembro de 1828, deu-lhe exercício na Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, onde serviu até a extinção desse Tribunal, e ocupar uma Casa de Agravos e o lugar do Promotor de Justiça.

Quando em 1833 se executou a reforma judiciária, foi nomeado Desembargador da Relação do Rio de Janeiro, onde serviu até 13 de maio de 1846, tendo como desembargador mais antigo presidido aquele Tribunal desde maio até dezembro de 1844.

A 14 de maio de 1846 nomeou-o, a Corte Imperial, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, lugar em que muito pouco tempo permaneceu, aposentando-se a 08 de março de 1848 com vencimento de desembargador.

O Relatório da Justiça, apresentado pelo Senhor Feijó à Assembléia Geral de 1832, fala do Senhor Limpo de quem aquele senhor recebeu eficaz coadjuvação na repressão dos criminosos, nos termos mais laudatórios e lisonjeiros possíveis. Sua Excelência exprime-se assim: “É à integridade e ao amor da justiça do desembargador que nestes últimos tempos serviu de promotor que se deve nas suas visitas às cadeias a descoberta de tantos desgraçados inteiramente esquecidos e até fatalmente abandonados”.

O Senhor Feijó referia-se ao estado das cadeias e à miserável situação dos presos e demora dos processos.

O Senhor Limpo ao chegar ao Brasil entregou-se corajosa e esperançosamente à onda política que tão alto o elevou e em que sua parte tão notável figura fez desde seus primeiros anos.

Minas Gerais foi a província do Império que o escolheu para representá-lo na Assembléia Geral Legislativa. Eleito pela primeira vez em 1824, foi reeleito até a legislatura de 1843 que foi dissolvida em 1844, e em que não foi considerado por se achar fora do Império em virtude do movimento revolucionário que em 1842 teve lugar nas províncias de Minas e São Paulo; daí por diante foi sempre eleito até o ano de 1847 em que entrou para o Senado.

Na Câmara defendeu sempre e sustentou com muito calor e distinção as idéias liberais, Militou com muita popularidade no partido, sendo ele mesmo um de seus mais conspícuos.

Em 1830 e 1831 foi nomeado membro das comissões que examinaram e emendaram os projetos dos Códigos do processo Criminal e Penal, e em 1834 sustentou e defendeu as reformas que se converteram em lei do Estado pelo ato adicional à Constituição.

Na discussão calorosíssima que suscitou o projeto em 1840 de considerar maior, e elevar ao trono o Senhor Pedro II, foi ele um dos membros mais preeminentes da oposição, e naquela ocasião assumiu uma posição tão brilhante e elevada, que o Diário do Rio, folha que não era de suas idéias, exprime-se a seu respeito nestas palavras: “Assim ficou a Câmara

pendente da indicação do Senhor Limpo, e é hoje o Senhor Limpo quem tem de dar a direção à discussão da Câmara, e não só isso, como também ao espírito público!”.

Foi presidente da Câmara nas Sessões de 1833 e 1845, e completou sua carreira parlamentar entrando para o Senado por Carta Imperial de 13 de novembro de 1847, tendo já sido seu nome três outras vezes oferecido à escolha do Imperador pela província de Minas de que era Senador.

No ano de 1833 tendo rebentado na capital de Minas Gerais um movimento sedicioso, que obrigou o Presidente a mudar para outro lugar a sede do governo, e alcançando-se a província em um grau extraordinário de agitação, e a capital constantemente ameaçada, foi o Senhor Limpo de Abreu nomeado presidente daquela província, e seguiu para ali em fins daquele mesmo ano.

Suas maneiras e suas qualidades logo o fizeram estimado e respeitado dos mineiros, e ele, prevalecendo-se dessas boas disposições, logrou, sem derramar uma gota de sangue, pacificar a província, depois do que instou por sua demissão, que obteve em 1835.

Os mineiros agradecidos deram-lhe dessa vez mais uma prova de consideração. O Senhor Limpo foi nomeado Vice-Presidente pela Assembléia Provincial, a quem naquela época competia tal atribuição.

Ao chegar de sua presidência de Minas foi nomeado pelo Primeiro Regente, por Decreto de 14 de outubro de 1835, Ministro da Justiça e interinamente do Império, passando a 03 de março de 1836 a ocupar a pasta dos Estrangeiros, tornando-se um de seus principais auxiliares.

Limpo de Abreu foi preso em 18 de março de 1842 a bordo da Fragata Paraguassu, sendo deportado para Portugal, em consequência dos pronunciamentos armados nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.

Regressou em 05 de março de 1843 no vapor Royal Sovereign, foi preso a bordo e recolhido ao Corpo Municipal. Obteve a liberdade em virtude de *habeas-corpus* concedido em 22 do mesmo mês e ano, pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Na referida data de 18 de março de 1842 foi destituído de gentil-homem da Imperial Câmara, sendo restituído ao dito lugar em 25 de março de 1845.

Fazendo parte do ministério da maioridade, ele ocupou pela segunda vez a pasta da Justiça, e posteriormente dirigiu pela segunda, terceira e quarta vez a dos Negócios Estrangeiros nos ministérios de 1845, 1848 e 1853.

No primeiro desses ministérios o Senhor Limpo muito se distinguiu pela energia do protesto contra o Bill aprovado pelo Parlamento Britânico, que sujeitava os navios brasileiros suspeitos de empregar-se no tráfico ao julgamento dos tribunais ingleses.

Esse protesto enérgico e pátrio do ilustre Ministro brasileiro contra o ato de violência, e de inqualificável prepotência, nunca se riscará da memória e do coração daqueles que dão o devido apreço à honra e à dignidade de sua pátria.

No Ministério de 1853 o Senhor Limpo de Abreu foi quem deu ao Ministro do Brasil em Portugal as instruções que regularam e dirigiram as negociações que precederam a Convenção de 12 de janeiro de 1855, que teve por duplicado fim a prevenção e repressão da moeda e dos papéis de crédito, com curso legal nos dois passes, e a extradição dos indivíduos convictos desse crime.

Desse Ministério saiu o Senhor Limpo de Abreu em 14 de março de 1855, por assim ter entendido necessário, como manifestou no Senado, logo que a expedição que o governo mandara ao Paraguai não teve, por motivos independentes de sua vontade, todos os resultados que se deviam esperar.

Em 1851, o Senhor Limpo celebrou, por parte do Brasil, com o plenipotenciário da República do Uruguai os tratados de 12 de outubro, e nesta difícil comissão portou-se juntamente com o outro plenipotenciário brasileiro, de modo que o Ministro dos Estrangeiros, em Aviso de 21 de outubro do mesmo ano, dirigiu-lhes, por ordem de Sua Majestade Imperial, as mais significativas expressões de louvor.

Quando em 1855 rebentou em Montevideú a revolução que destruiu a autoridade do presidente legal daquela República, o Senhor Limpo de Abreu foi enviado pelo Brasil com plenos poderes para proceder como exigissem as circunstâncias extraordinárias em que se achava aquele país; e nesta tão difícil quanto arriscada missão ainda uma vez arraigou ele a estima e a consideração do governo e do povo brasileiro, por ter saído dela tão bem.

Ao terminar satisfatoriamente essa missão, foi o Senhor Limpo encarregado de uma outra, junto ao governo da confederação Argentina, e neste novo empenho foi tão feliz como no primeiro, celebrando a 07 de março de 1856 um Tratado de comércio e navegação, que seria de grande alcance para o futuro dos dois países.

Em Montevideú o Senhor Limpo de Abreu procurou libertar o governo imperial de quaisquer vínculos que pudessem comprometê-lo nas perturbações e dificuldades que ali surgiam e pululavam quase diariamente; no Paraná esforçou-se quanto pode para estabelecer com um governo estável as bases de uma política franca e liberal.

Condecorações - Foi agraciado por D. Pedro I com o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo em Alvará de 13 de setembro de 1821, e D. Pedro II concedeu-lhe por Carta de 29 de março de 1840 o título de Conselho; a 02 de agosto do mesmo ano, a graça de gentil-homem da Imperial Câmara; a 09 de fevereiro de 1841 o foro de fidalgo-cavaleiro; a 25 de março de 1845, a dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro; a 14 de março de 1848, o lugar de Conselheiro de Estado ordinário; a 26 de março de 1852, a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, e por Carta Régia de 17 de outubro de 1855 foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Título nobiliárquico - Em 02 de dezembro de 1854, foi agraciado com o título de Visconde de Abaeté, com grandeza.

Atividades no STM - Nomeado por Decreto de 26 de maio de 1837 a Ministro Adjunto do Conselho Supremo Militar e de Justiça, pelo governo da Regência, permanecendo no cargo até 18 de fevereiro de 1838, tempo em que pediu e obteve sua demissão, oferecendo ao mesmo tempo os vencimentos a que tinha direito, para as despesas do Estado a braços com a rebelião do Rio Grande do Sul.

Foi casado com Ana Luísa Carneiro Mendonça.

Falecimento - 14 de setembro de 1883, no Rio de Janeiro – RJ, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Ministros da fazenda**, 1808-1893. Rio de Janeiro: Museu da Fazenda Federal, 1983. p. 61.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. **Coletânea de informações**: Antônio Paulino Limpo de Abreu. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu.

LAGO, Laurênio. **Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar – Ministros do Supremo Tribunal Militar**: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 42-3.

LAGO, Laurênio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal**: dados biográficos 1828-1978. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978. p. 52-3.

RODRIGUES, José Honorário & NOGUEIRA, Octaciano. **O Parlamento e a Evolução Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1972. p. 359.

SISSON. S. A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres: Os Contemporâneos**. São Paulo: Martins, s.d. p. 39-44.